

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024
COM ITEM(NS) DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E ITEM(NS) EXCLUSIVO(S) PARA ME/EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 405/2024

INTERESSADO: Secretaria Municipal da Saúde

OBJETO: Registro de Preços de visando a aquisição de medicamentos e insumos para atender Demandas Judiciais, com o intuito de suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Santo Antônio de Posse/SP.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto

FORMA DE REALIZAÇÃO: Eletrônica

CADASTRO DAS PROPOSTAS INICIAIS: Do dia 09/02/2024 a partir das 17:00hs até dia 27/02/2024 às 08:59hs.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/02/2024 às 09:00hs

LOCAL DA DISPUTA: Endereço eletrônico www.novobmnet.com.br.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipal nº 2.465 de 05 de Setembro de 2.007 e nº 2.488, de 16 de Janeiro de 2.008, e respectivas alterações.

PREGOEIRO(A) RESPONSÁVEL: JOSEANI D.BASSANI TORRES ou seus Suplentes nomeados pela Portaria nº 10.444/2023, publicada no Diário Oficial do Município de Santo Antonio de Posse, edição de 10/11/2023.

TELEFONE: (19) 3896-9032

E-MAIL: licitacao@pmsaposse.sp.gov.br

Todos os elementos deste edital serão divulgados em sítio eletrônico oficial do Município www.pmsaposse.com.br, na mesma data de sua divulgação, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico** (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Santo Antonio de Posse, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias www.novobmnet.com.br.

1.4. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

1.5. Todas as referências de tempo neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços de visando a aquisição de medicamentos e insumos para atender Demandas Judiciais, com o intuito de suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Santo Antônio de Posse/SP, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.

2.2. Os quantitativos totais expressos no ANEXO I, deste edital, são estimativos e representam a previsão, pelo prazo de 12 meses. Os quantitativos totais expressos no ANEXO I, deste edital, são estimativos e representam a previsão, pelo prazo de 12 meses, **podendo ser prorrogado por idêntico período**, desde que comprovado o preço vantajoso e até o limite de 2 (dois) anos, na forma do art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

2.3. Os proponentes deverão apresentar cotação por item, com proposta de preço com 03 (três) casas decimais, elaborando-o conforme modelo do ANEXO II, eventuais propostas contendo mais que 03 (três) casas decimais serão desconsideradas os números que excederem o limite de casas permitidas.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos específicos no orçamento da secretaria requisitante e dos demais órgãos e entidades usuários da Ata, onerando a seguintes dotações orçamentárias:

01.02 – Executivo
01.02.15 – Secretaria de Saúde
10.301.0340.2043.0000 – Manutenção e Atendimento da Saúde
246.3.3.90.39.37– Medicamentos Fornecidos por Decisão Judicial

3.2. O valor estimado total é de **R\$ 1.747.234,06. (Um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, duzentos e trinta e quatro reais e seis centavos)**

4. DOS ANEXOS

4.1. Fazem parte integrante do presente Edital os seguintes anexos:

4.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

4.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços;

4.1.3. ANEXO III – Documentos Necessários para Habilitação;

4.1.5. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

4.1.6. ANEXO V – Termo de Ciência e de Notificação;

4.1.7. ANEXO VI – Folha de Dados para Elaboração da Ata de Registro de Preços.

5. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1.1. Será permitida a participação de empresas que atenderem às exigências do Edital, que tenha como objeto social a execução de serviços compatíveis com os descritos neste Edital e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a Bolsa Brasileira de Mercadorias.

5.1.2. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa, www.novobbmnet.com.br, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

5.1.3. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no Edital.

5.1.4. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

5.1.5. Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo Decreto;

5.1.6. Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, nos termos da súmula nº 50 do TCE SP, será exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital

5.1.7. Fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.1.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.1.7.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.1.8. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.09. A falsidade da declaração de que trata os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.2. DAS RESTRIÇÕES

5.2.1. Não poderá participar da presente licitação pessoa jurídica:

5.2.1.1. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal (sob pena de incidir no crime previsto no art. 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal) e impedimento ou suspensão de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Santo Antonio de Posse;

- 5.2.1.2.** Sob processo de concordata ou falência, em liquidação ou em dissolução;
- 5.2.1.3.** Empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativo ou sócios, pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 5.2.1.3.1.** Caso constatado tal situação, ainda que a posteriori, a empresa licitante será desclassificada.
- 5.2.1.4.** Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital;
- 5.2.1.5.** Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus anexos, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do(s) local(is) onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento da Ata de Registro.

6. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BBMNet

6.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso serão providenciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

6.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico, assim como poderão ser realizadas mediante envio ao arquivo eletrônico licitacao@pmsaposse.sp.gov.br.

6.3. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao **acesso** no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobbmnet.com.br.

6.4. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no site www.novobbmnet.com.br, opção “Login” opção “Licitação Pública” “Sala de Negociação”.

6.4.1. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

6.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos

participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

6.8. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

6.9. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “www.novobbmnet.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

7. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2. A proposta de preço deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, no endereço www.novobbmnet.com.br, até o dia e horário previstos no preâmbulo, devendo os licitantes, para formulá-las, ter ciência de que cumprem integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

7.2.1. Para que não haja dúvidas, o sistema “BBMNet” disponibiliza o envio de arquivo “proposta comercial” no campo “ficha técnica” de seu sistema. Nesse cenário, após a disputa de lances, será solicitado o envio da proposta, nos moldes do Anexo II deste instrumento.

7.3. O Licitante deverá, na proposta de preço (Anexo II), informar a descrição completa do produto ofertado, inclusive a sua marca, a não inserção das especificações, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para análise e classificação da proposta.

7.4. A(s) Microempresa(s), Empresa(s) de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais deverá(ão) declarar, no ato do envio de sua proposta no Sistema Eletrônico, em campo próprio do Sistema, que atendem os requisitos do Artigo 3º da Lei Complementar Nº 123/06 para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei Complementar.

7.5. Por força da legislação vigente, É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, sob pena de desclassificação. Por força de tal disposição obrigatória, e para que não fique prejudicada a competitividade entre os licitantes, rogamos especial atenção para tal ato, o arquivo inicial NÃO poderá conter nenhum tipo de referência, sob pena de desclassificação.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a

divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

8.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

8.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados neste Edital;
- b) Que apresentem preço baseado em proposta dos demais licitantes; e
- c) Que contenham qualquer elemento que permita a identificação do licitante, até a fase de lances (inclusive) no processo licitatório.

8.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro;

8.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes;

8.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

8.2.5. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, com a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

8.3. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todos os licitantes detentores de propostas classificadas.

9. DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

9.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.4. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

9.5. Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não será aceito pedido de desclassificação do licitante para o lote alegando como motivo “erro de cotação” ou qualquer outro equívoco da mesma natureza. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.

9.6 As sanções previstas para os pedidos de desclassificação que ocasionarem o retardamento da execução de seu objeto, ou que por outra razão não mantiver a proposta ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme regra o Artigo 155º da Lei Nº 14.133/21 e multa na ordem de até 10% sobre o valor ofertado, nos moldes do art. 156, inciso II da lei Federal nº. 14.133/21.

9.7. Estarão excluídos da aplicação das penalidades do item 9.6, os fatos decorrentes de “caso fortuito” ou “força maior”. Na hipótese de incidência do caso é garantido a defesa prévia.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

9.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (Chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

9.11. O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará “Dou-lhe uma” quando faltar 02” (dois minutos para o término da etapa de lances (sessão pública), “Dou-lhe duas” quando faltar 01” (um minuto) e “Dou-lhe três – Fechado” quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02” do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02” a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do “Dou-lhe uma” e, assim, sucessivamente.

9.12. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.13. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9.14. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

9.15. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/2006

e alterações na Lei Nº 147 de 07/08/2014, serão observados os seguintes procedimentos:

9.15.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertado por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) No caso de empate de propostas apresentadas por Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 9.15.1., o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.16. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 9.15.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

9.17. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9.18. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 9.14 e 9.16 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

9.19. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema www.novobmnet.com.br, os documentos de habilitação exigidos no **ANEXO III** deste edital, até o dia e horário previstos no preâmbulo.

10.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data de encerramento estabelecida no Edital.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO (VIDE ANEXO III)

11.1. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante **MELHOR CLASSIFICADO** serão disponibilizados aos interessados imediatamente após o encerramento da Sessão de Lances.

11.2. O não cumprimento das condições de habilitação, dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

11.3. Verificado a conformidade dos documentos apresentados o licitante será declarado **VENCEDOR**, após isso, será concedido o prazo **de 30 (trinta) minutos** para manifestação da intenção de interposição de **RECURSO**.

11.4. Encerrada a fase de recurso ou inexistindo a interposição deste, o licitante declarado **VENCEDOR** (mesmo que provisoriamente), terá o prazo de até **(02) dois dias úteis** para envio por e-mail: licitacao@pmsaposse.sp.gov.br, **da Proposta Comercial adequada ao último lance ofertado, e sob pena de anulação do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis**

11.5. A documentação relativa à PROPOSTA COMERCIAL, deverá ser enviada, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinha contendo os seguintes elementos:

- a) Preços unitários, contendo no máximo 03 (Três) casas decimais, e totais dos lotes, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- b) Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, número de agência de conta bancária, além da Indicação de e-mail para envio da Autorização de Fornecimento e Contrato;
- c) Dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato: Nome, cargo, CPF, RG, data de nascimento, endereço residencial completo, e-mail institucional, e-mail pessoal, telefone.

11.6. Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa.

11.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

11.8. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

12. DOS RECURSOS

12.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, no prazo de 30 (trinta) minutos, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.novobbmnet.com.br.

12.2. Havendo interposição de recurso, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais com as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e aos demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no Paço da Prefeitura Municipal, localizada Praça Chafia Chaib Baracat, 351, Vila esperança, Santo Antonio de Posse/SP – CEP 13831-024, das 08 às 16h.

12.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos, pela transparência do ato, **exclusivamente** por meio eletrônico, no site, www.novobbmnet.com.br opção **RECURSO**, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no Paço da Prefeitura Municipal, localizada Praça Chafia Chaib Baracat, 351, Vila esperança, Santo Antonio de Posse/SP – CEP 13831-024, das 08 às 16h, aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo certame, observados os prazos estabelecidos no subitem 12.2.

12.4. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

12.5. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.

12.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, com a adjudicação de seu objeto, será celebrada a Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para a eventual e futura contratação entre as partes. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12(doze) meses podendo ser prorrogado, até o limite legal de 2 (dois) anos estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021

13.2. O (s) proponente(s) será(ão) convocado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, via telefone ou e-mail ou um meio equivalente, e terão o prazo de **ATÉ 03 (TRÊS) DIAS CORRIDOS PARA ATENDIMENTO, PODENDO O PRAZO SER PRORROGADO UMA VEZ**, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo

justificado aceito pela Administração.

13.2.1. É facultado à Administração, quando o proponente não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.3. O proponente que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido neste edital, ensejará a aplicação da sanção de impedimento do direito de licitar pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme regra o Artigo 155º da Lei Nº 14.133/21 e multa na ordem de até 10% sobre o valor ofertado, nos moldes do art. 156, inciso II da lei Federal nº. 14.133/21.

13.4. A ata firmada observará a minuta do ANEXO IV deste Edital, podendo ser alterada nos termos da lei 14.133/2021 e Decreto n. 3919, de 31 de março de 2023.

13.5. As Atas de Registro de Preços poderão ser encaminhadas via ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), pelas licitantes vencedoras depois de colhidas suas devidas assinaturas no endereço situado a Praça Chafia Chaib, nº 351, Vila Esperança Santo Antônio de Posse/SP, CEP: 13.831-024, aos cuidados do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse.

14. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Durante a vigência da Ata, no limite anual os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis, exceto o estabelecido no item 14.2 abaixo.

14.1.1. Conforme decisão do TCESP “TC-0005287.989.16-4”, o reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato é INAPROPRIADA/INACEITÁVEL para casos de registro de preços (caso em tela), assim, não há que se falar em reequilíbrio ou readequação da demanda por motivo de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.2. CASO OCORRA A PRORROGAÇÃO CONTRATUAL e essa implique em ultrapassar a periodicidade anual, os preços contratuais serão reajustados.

14.1.1. O reajuste será calculado nos termos utilizando-se para tanto do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data de apresentação da proposta.

14.1.2. Ficará vedado novo reajuste pelo prazo de 01 (um) ano.

14.1.3. A aplicação de novos reajustes deverá considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.

15. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O fornecedor terá seu registro de preços cancelado quando:

15.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.1.2. Recusar-se a celebrar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço fornecido, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

15.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração.

16. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

16.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por autorização de fornecimento (AF) ou ordem de serviço (OS), cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório (ANEXO IV).

16.2. O (s) interessado (s) receberão a autorização de fornecimento ou ordem de serviço, através de e-mail ou outro meio equivalente; valendo o comprovante de confirmação de recebimento em resposta ao e-mail recebido ou comprovante de leitura do e-mail como prova do recebimento ou ainda, entrega em mãos ao contratado;

16.2.1. O (s) interessado (s) terão o prazo de até 05 (cinco) dias a partir da convocação, para retirar a Autorização de fornecimento na Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse/SP, caso seja frustrado o envio nos termos do item 16.2.

16.2.2. Após a expedição da Autorização de Fornecimento, a entrega deverá ser efetuada nos termos do item 19 do Edital.

16.3. Se, por ocasião da contratação, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, salvo impossibilidade de fazê-lo.

16.3.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada a apresentar tais certidões até a data limite fixada, sob pena de a contratação não se realizar, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) LICITANTE (S)

17.1. Compete aos licitantes contratado(s) emendar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:

17.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;

17.1.2. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, do Edital e da Ata de Registro de Preços;

17.1.3. Entregar os bens no (s) prazo (s) máximo (s) determinado (s) no Termo de Referência – ANEXO I, deste Edital;

17.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados;

17.1.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à **PREFEITURA** ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

17.1.6. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, representantes, concessionárias ou técnicos;

17.1.7. Manter-se durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos;

17.1.8. Informar à **PREFEITURA** a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou

indiretamente na regularidade do fornecimento.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

18.1. Compete à PREFEITURA:

18.1.1. A prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Contratação;

18.1.2. Efetuar o registro da licitante fornecedora e firmar o correspondente Contrato, conforme modelo ANEXO IV;

18.1.3. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

18.1.4. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

18.1.5. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

18.1.6. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução do (s) fornecimento(s);

18.1.7. Indicar o gestor da Ata de Registro de Preços.

19. DO PRAZO PARA INÍCIOS DA ENTREGA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. A (s) empresa (s) licitante (s) participantes deverá (ão) efetuar a entrega do objeto a Secretaria requisitante **no prazo máximo de 15 dias corridos**, após a expedição da Autorização de Fornecimento, na forma, quantidades e prazos, definidos na mesma, respeitando o Termo de Referência - ANEXO I deste Edital.

19.2. Vale ressaltar que para os itens deste certame, a Secretaria solicitante, entrara em contato com a licitante vencedora, informando qual a quantidade de material a ser adquirido. Este contato se dará sempre que entender necessário pela contratante.

19.3. No recebimento e aceitação do objeto desta licitação serão observadas, no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do ANEXO I, inclusive no caso de vícios, devendo ser substituído pela Contratada no prazo máximo estabelecido no ANEXO I, sem custos adicionais ao Município de Santo Antonio de Posse.

19.5. A Contratada responsabilizar-se-á pelo carregamento e transporte dos materiais / produtos / equipamentos, bem como pelo seu descarregamento no local de entrega indicado no ANEXO I.

19.5.1. Os materiais / produtos / equipamentos deverão ser transportados de forma a não sofrerem danificações/avarias no transporte e na entrega.

19.6. Os materiais/produtos/equipamentos ofertados deverão ser novos.

19.7. A Contratada responsabiliza-se por vícios de fabricação, bem como pelos desgastes anormais do material/produto/equipamento, suas partes e acessórios, obrigando-se a substituir os elementos defeituosos, sem ônus ao erário, no prazo fixado pela Administração,

e ressarcir eventuais danos.

19.8. Por ocasião da entrega dos materiais/produtos/equipamentos, a Contratada deverá apresentar Nota Fiscal constando quantidade, marca/fabricante, preço unitário, preço total (igual ao da Nota de Empenho).

19.8.1. Os preços da Nota Fiscal não poderão ser divergentes daqueles constantes na Nota de Empenho.

19.8.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida respeitando o quantitativo discriminado na Nota de Empenho.

19.9. As condições de entrega, montagem e treinamento, quando for o caso, constarão no ANEXO I.

19.10. A garantia do material/produto/equipamento, quando for o caso, constará no ANEXO I.

19.11. Ocorrendo qualquer problema, a licitante vencedora deverá comunicar imediatamente por escrito à **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE.**

20. DO PAGAMENTO

20.1. O Departamento Financeiro da PREFEITURA efetuará o pagamento a licitante vencedora no prazo de até 28 (vinte e oito) dias, contados da data do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica, após conferência pelo Departamento Requisitante.

20.2. Havendo erro na NFe ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da NFe será suspensa para que a licitante vencedora adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da NFe.

20.3. Quaisquer pagamentos não isentarão a licitante vencedora das responsabilidades contratuais.

20.4. Conforme o protocolo ICMS 42/09, alterado pelo protocolo ICMS 1/2011 ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

20.5. O pagamento deverá estar condicionado, também, à correta inserção, no corpo da NFe ou no campo "Observações do Contribuinte", dos dados necessários a identificação da origem da despesa, conforme o caso, indicando, (quando se aplicar) o número da Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota empenho, número do Contrato, número processo licitatório, número do Convênio ou OGU, objeto do convênio ou OGU, número da medição da obra, base de cálculo do INSS, base de cálculo do IR.

20.6. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

20.7. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e

encerramento em dias de expediente nesta **PREFEITURA**.

20.8. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta **PREFEITURA** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

20.9. Caso o contratado não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

20.10. Será aplicada compensação financeira, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

21. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

21.1. A quantidade inicialmente contratada **NÃO** poderá ser acrescida, vez que se trata de Ata de Registro de Preços. Igualmente, não há que se falar em supressão contratual, vez que o objeto se trata de Ata de Registro de Preços, posto que as quantidades são estimadas.

22. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

22.1. O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Posse poderá revogar a presente licitação desde que presentes razões relevantes de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

23.1.1. Advertência, aplicável à Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

23.1.2. Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso no fornecimento, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato com o consequente cancelamento da Ata de Registro de Preços, cumulada com outras sanções;

23.1.3. Multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor estimado do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

23.1.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.3.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3.3. dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.3.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.3.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.3.6. não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou retirar a Ordem

de Fornecimento ou não entregar a documentação exigida para sua assinatura, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.3.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem

motivo justificado;

23.1.3.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou

Prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.3.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.3.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.3.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.3.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 Lei

Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

23.1.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santo Antonio de Posse, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

23.1.4.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à

Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.4.2. dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.4.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato

superveniente

devidamente justificado;

23.1.4.5. não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou retirar a Ordem

de Fornecimento ou não entregar a documentação exigida para sua assinatura, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.4.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

23.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

23.1.5.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame Ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.5.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.5.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.5.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.5.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

23.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.1.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

23.1.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

23.1.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.1.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

23.1.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, Conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.4. É admitida a reabilitação da licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

23.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

23.4.2. pagamento da multa;

23.4.3. transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no Caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

23.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

23.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao Cumprimento dos requisitos definidos.

23.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação de licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.6.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

23.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

23.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

23.10. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.10.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no

prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.11. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

24.1. Informações complementares e maiores esclarecimentos poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira das 8:00 horas às 16:30 horas no Setor de licitações, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, 351, Vila Esperança, na cidade de Santo Antônio de Posse/SP, CEP: 13831-024, através do telefone: (19) 3896.9032 ou pelo e-mail: licitacao@pmsaposse.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.pmsaposse.sp.gov.br.

24.2. Para confirmação da realização da seção de pregão os licitantes deverão consultar a página da internet: www.pmsaposse.sp.gov.br.

24.3. Caso não haja aviso no site da **PREFEITURA** ou comunicado por e-mail diretamente ao licitante, as seções ocorreram normalmente, não havendo a necessidade de confirmação por telefone.

24.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, podendo tal ato ser protocolados no Serviço de Atendimento ao Cidadão - Seção de Protocolo Geral da **PREFEITURA**, localizado na Praça Chafia Chaib, nº 351, Vila Esperança, Santo Antônio de Posse/SP, das 8:00 horas às 16:30 horas, aos cuidados do Setor de Licitações **ou** via e-mail: licitacao@pmsaposse.sp.gov.br e dirigidos ao Prefeito Municipal de Santo Antônio de Posse.

24.4.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

24.7. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não

comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

25.2. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

25.3. No processo licitatório, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.063/2020.

25.4. Fica assegurado ao Município de Santo Antonio de Posse, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por motivo de conveniência e oportunidade, razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou proceder à sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

25.4.1. Nos casos de anulação e revogação da licitação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

25.5. As licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação

25.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o(a) Pregoeiro(a) comunicará a nova data da sessão de disputa através do sistema eletrônico, no endereço www.novobmnet.com.br.

25.7. No interesse do Município de Santo Antonio de Posse, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, esta licitação poderá ter a sua abertura adiada ou o edital alterado.

25.8. Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

25.8.1. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo.

25.8.2. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

25.8.3. Os prazos expressos em dias úteis serão computados somente os dias em que ocorrer expediente normal na Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse.

25.8.4. Considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet ou, a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

25.8.5. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

25.9. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 3.919, de 31 de março de 2023, na Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações.

25.10. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste edital.

25.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico junto a Bolsa Brasileira de Mercadorias, www.novobbmnet.com.br,

25.12. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no jornal do município, de grande circulação, D.O.E.

25.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Jaguariúna, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santo Antônio de Posse/SP, 05 de fevereiro de 2024.

**JOSEANI D.BASSANI TORRES
PREGOIERA**

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1	046.027.093	APIXABANA 5 MG	CP	936
2	046.026.194	ARIPIPIRAZOL 30MG ARIPIPIRAZOL 30MG	CP	468
		MANDADO JUDICIAL - GLEISON SANTOS RODRIGUES PROCESSO: 1000340-82.2018.8.26.0296		
3	046.026.195	CALDE MAG CALDE MAG	CP	1.876
		MANDADO JUDICIAL - CLAUDIA DE SOUZA PROCESSO: 002429-03.2015.8.26.0396		
4	046.026.149	CARBONATO DE CALCIO 1200 MG CPS CÁPSULAS SEM COLORAÇÃO	CAPS	936
		MANDADO JUDICIAL - CRISTINA DE SOUZA PROCESSO: 1002883-29.2016.8.26.0296		
5	082.001.015	CATETER FEMININO GENTLECATH GLIDE CONVATEC - N° 12 MANDADO JUDICIAL - LIVIA CARDOSO PROCESSO: 1002263-07.2022.8.26.0296	UN	2.808
6	046.026.184	CENTRUM POLIVITAMINICOS COM MINERAIS, EMBALAGEM COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	CP	468
		MANDADO JUDICIAL - CRISTINA DE SOUZA PROCESSO: 1002883-29.2016.8.26.0296		
7	046.026.072	CITONEURIM 5.000 UI CITONEURIUN 5.000 UI- AMPOLA	AP	50
		MANDADO JUDICIAL - CLAUDIA DE SOUZA PROCESSO: 002429-03.2015.8.26.0296		
		MANDADO JUDICIAL - CRISTINA DE SOUZA DOS SANTOS PROCESSO: 1002883-29.2016.8.26.0296		
8	046.026.172	CLOBAZAM 20MG MANDADO JUDICIAL: JAIRO MAGALHAES DE CAMPOS - PROCESSO: 1003859-02.2017.8.26.02960	COMP	2.808
9	046.026.093	CLORIDRATO DE SOTALOL 160 MG CLORIDRATO DE SOTALOL 160 MG	COMP	936
		MANDADO JUDICIAL - DOLORES DIAS DA SILVA NUCCI PROCESSO: 1001869-39.2018.8.26.0296		

10	046.026.134	CLORTALIDONA 50 MG CLORTALIDONA 50MG MANDADO JUDICIAL - JOSÉ PEDRO DA SILVA PROCESSO: 1002793-16.2019.8.26.0296	COMP	468
11	046.026.186	CLOZAPINA 100MG CLOZAPINA 100MG MANDADO JUDICIAL - GLEISON SANTOS RODRIGUES PROCESSO: 1000340-82.2018.8.26.0296 MANDADO JUDICIAL - JOYCE MARIA SPITTI PROCESSO: 1003756-53.2021.8.26.0296	CP	5.148
12	046.026.073	COLECALCIFEROL 50.000 UI VITAMINA D 50.000UI MANDADO JUDICIAL - CLAUDIA DE SOUZA PROCESSO: 002429-03.2015.8.26.0296	COMP	64
13	046.026.111	COLIRIO DE ATROPINA 0,5%. MANDADO JUDICIAL DIEGO CASTRO SAVIO PROCESSO:1004007-13.2017.8.26.0296	F-A	12
14	046.026.178	COMBODART (DULASTERIDA 0,5MG + TANSULOSINA 0,4MG) CLORIDRATO DE TANSULOSINA, DUTASTERIDA (0,5 + 0,4). EMBALAGEM COM 30 CA MANDADO JUDICIAL - BENEDITO CANDIDO PROCESSO: 1002756-81.2022.8.26.0296	CA	468
15	046.017.004	CREON 25.000(PANCREATINA) CONSIDERAR CÁPSULAS MANDADO JUDICIAL (CLAUDIA DE SOUZA-000242903.2015.8.26.0296)	COMP	1.404
16	046.026.071	DAMATER POLIVITAMINICOS COM MINERAIS, EMBALAGEM COM 30 CAPSULA MOLE MANDADO JUDICIAL: CLAUDIA DE SOUZA PROCESSO: 1001387-28.2017.8.26.0296	CA	468
17	046.026.175	DEPAKENE 50MG/ML FRASCO 100 ML MANDADO JUDICIAL JAIRO MAGALHÃES DE CAMPOS - PROCESSO: 1003859-02.2017.8.26.0296	FR	50
18	046.026.209	DEPURA 5000UI DEPURA 5000UI (VITAMINA D3) MANDADO JUDICIAL - CRISTINA DE SOUZA PROCESSO: 1002883-29.2016.8.26.0296	COMP	936
19	046.026.165	DIOVAN 320 MG (VALSARTANA) VALSARTANA 320MG - COMPRIMIDO REVESTIDO MANDADO JUDICIAL - IODETE TUROLA LALLA PROCESSO: 1000592-22.20107.8.26.02960	COMP	1.404
20	046.026.145	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG (DEPAKOTE ER) MANDADO JUDICIAL -DORALICE FIORINI -1001490.062015.8.26.0296	COMP	4.680
21	046.026.174	ENTRESTO 49 MG/51 MG (SACUBITRIL/VALSARTANA) SACUBITRIL/VALSARTANA (49MG /51MG). AMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS MANDADO JUDICIAL - ERIVALDO COSTA DE ANDRADE PROCESSO: 1003190-07.2021.8.26.0296	COMP	936
22	046.026.187	ESCITALOPRAM 10MG OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG MANDADO JUDICIAL - RAFAELA CRISTINA MATHIAS PROCESSO: 1003263-52.2016.8.26.0296	CP	370
23	082.001.007	FORTINI - 400GR PARA ATENDER MANDADO JUDICIAL FORTINI - LATA 400GRAMAS DIEGO CASTRO SAVIO PROCESSO 1004007-13.2017.8.26.0296	LATA	4.680
24	046.026.215	FORXIGA 10MG FORXIGA 10MG (DAFAGLIFLOZINA) MANDADO JUDICIAL - ERIVALDO COSTA DE ANDRADE PROCESSO: 1003190-07.2021.8.26.0296 MANDADO JUDICIAL - RAFAELA CRISTINA MATHIAS PROCESSO: 1003263-52.2016.8.26.0296	CP	468
25	046.026.164	GALVUS 50 MG (VILDAGLIPTINA) MANDADO JUDICIAL BENEDITO CANDIDO PROCESSO: 1001462-38.2015.8.26.0296 PROCESSO: 1002737-41.2023.8.26.0296	COMP	

26	046.009.001	GLIFAGE 500MG XR MANDADO JUDICIAL JOSÉ PEDRO DA SILVA PROCESSO: 1002793-16.2019.8.26.0296	COMP	2.340
27	009.007.595	IMUNOGLOBULINA HUMANA 5G/100ML, SOLUÇÃO INJETVEL IMUNOGLOBULINA HUMANA, 5G/100ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAVENOSA. MANDADO JUDICIAL - PAULO JOSÉ DA SILVA PROCESSO 1001644-14.2021.8.26.0296	FR	420
28	002.010.077	INFATRINI PÓ- SUPLEMENTO INFANTIL APRESENTAÇÃO: LATA 400 GRAMAS. ATENDER DEMANDA JUDICIAL	LATA	110
29	046.026.218	PACIENTE: MIRELLA MARIA BERNARDI TORRESAN PROCESSO: 1001350-88.2023.8.26.0296 INFLIXIMABE 100MG Cada frasco ampola contém 100mg de Infiximabe pó liofilizado.	F-A	32
30	046.026.138	MANDADO JUDICIAL - FERNANDO RIBEIRO RODRIGUES PROCESSO: 1000937-12.2022.8.26.0296 INSULINA DEGLUDECA 100U/ML - CANETA DESCARTAVÉL 3ML (TRESIBA)	UN	100
31	046.026.192	MANDADO JUDICIAL RAFAELA CRISTINA MATHIAS PROCESSO:1003263-52.2016.8.26.0296 INSULINA GLARGINA 100UI/ML - FRASCO 10ML INSULINA GLARGINA 100UI/ML - FRASCO DE 10ML	FR	16
32	046.026.198	MANDADO JUDICIAL - OSMANI JOSE SANTANA PROCESSO: 1002539.14.2017.8.26.0296 INSULINA HUMALOG (LISPRO) REFIL 3ML INSULINA HUMALOG (LISPRO) REFIL 3ML PARA CANETA PERMANENTE	UN	234
33	046.026.180	MANDADO JUDICIAL - EDNILSON EDMUR PERIN PROCESSO: 1000194.46.2015.8.26.0296 MANDADO JUDICIAL - JULIA TUROLLA PROCESSO: 1003593-49.2016.8.26.0296 INSULINA LANTUS CANETA INSULINA LANTUS (GLARGINA) - CANETA PREENCHIDA 3ML DESCARTÁVEL	UN	312

PROCESSO: 1003750-85.2017.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - JESUEL APARECIDO MAIA PROCESSO: 1002983-47.2017.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - JULIA DOS SANTOS ROSA PROCESSO: 1000329-14.2022.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - WALISON LINCOLN RODRIGUES MOREIRA PROCESSO: 1003757-09.2019.8.26.0296				
34	046.026.161	INSULINA LANTUS REFIL 3ML PARA CANETA PERMANENTE INSULINA LANTUS (GLARGINA) REFIL 3ML PARA CANETA PERMANENTE	F-A	156
MANDADO JUDICIAL - EDNILSON EDMUR PERIN PROCESSO: 1000194.46.2015.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - JULIA TUROLLA PROCESSO: 1003593-49.2016.8.26.0296				
35	046.026.191	INSULINA NOVORAPID 100UI/ML CANETA (ASPARTE) INSULINA ASPARTE 100UI/ML CANETA PREENCHIDA DE 3ML	UN	468
MANDADO JUDICIAL - ANA MARIA DOS SANTOS FERREIRA PROCESSO: 1002822-37-2017.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - EDUARDO CARBONEZI FERNANDES PROCESSO: 1003750-85.2017.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - JESUEL APARECIDO MAIA PROCESSO: 1002983-47.2017.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - JULIA DOS SANTOS ROSA PROCESSO: 1000329-14.2022.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - RAFAELA CRISTINA MATHIAS PROCESSO: 1003263-52.2016.8.26.0296				
MANDADO JUDICIAL - WALISON LINCOLN RODRIGUES MOREIRA PROCESSO: 1003757-09.2019.8.26.0296				
36	046.026.208	JARDIANCE 25MG (EMPAGLIFLOZINA) JARDIANCE 25MG (EMPAGLIFLOZINA)	CP	468
MANDADO JUDICIAL - CRISTINA DE SOUZA PROCESSO: 1002883-29.2016.8.26.0296				

37	046.026.026	LAMOTRIGINA 100 MG LAMOTRIGINA 100 MG	COMP	1.404
		MANDADO JUDICIAL - JAIRO MAGALHÃES DE CAMPOS PROCESSO: 1003859-02.2017.8.26.02960		
38	046.026.223	LEVETIRACETAM 250 MG MANDADO JUDICIAL	CP	1.872
		ANNA CLARA DE OLIVEIRA BREVE PROCESSO: 1002411-81.2023.8.26.0296		
39	046.026.221	LEVETIRACETAM 750MG MANDADO JUDICIAL DE FABIO FRANCO DA ROCHA , PROCESSO Nº1000994-30.2022.8.26.0296.	CP	936
40	046.026.217	LEVOTIROXINA 75MCG LEVOTIROXINA 75MCG	CP	468
		MANDADO JUDICIAL - RAFAELA CRISTINA MATHIAS PROCESSO: 1003263-52.2016.8.26.0296		
41	046.026.199	MAGNALIV SUPLEMENTO VITAMINICO (MAGNALIV) - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	936
		MANDADO JUDICIAL - CLAUDIA DE SOUZA PROCESSO: 002429-03.2015.8.26.0296		
42	046.026.088	NASONEX 50 MCG-ATOMIZAÇÃO NASONEX 50 MCG--SUSPENSÃO NASAL-FRASCO CONTENDO 120 ATOMIZAÇÃO.	FR	31
		MANDADO JUDICIAL - ANNA LIVIA BAHÚ DOS SANTOS PROCESSO: 3004173-50.2013.8.26.0296		
		MANDADO JUDICIAL - YASMIN VITORIA IGNACIO PROCESSO: 1003015-86.2016.8.26.0296		
43	002.010.041	NUTRINI MULTI FIBER-200 ML-MANDADO JUDICIAL PARA ATENDER MANDADO JUDICIAL	FR	2.900
		----- NUTRINI MULTI FIBER 1.0kcal - FRASCO 200 ML		
		JOAO VICTOR ARAUJO LEITE PROCESSO JUDICIAL: 0000880-89.2014.8.26.0296		
44	046.026.065	OLMESARTANA 40MG MANDADO JUDICIAL NIVALDO AMARO DA CRUZ PROCESSO:1000269-85.2015.8.26.0296	COMP	1.800
45	046.026.207	OMALIZUMABE 150MG OMALIZUMABE 150 MG-FRASCO- AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO DE USO SUBCUTÂNEO + 01 AMPOLA COM 02 ML DE DILUENTE	F-A	94
		MANDADO JUDICIAL - BIANCA SOATO OLIVEIRA PROCESSO: 000763-53.2014.8.26.0296		
46	046.026.212	ONGLYZA 5MG ONGLYZA 5MG (SAXAGLIPTINA)	CP	468
		MANDADO JUDICIAL - DOLORES DIAS DA SILVA NUCCI PROCESSO: 1001869-39.2018.8.26.0296		
47	046.026.158	PANTOGAR + ZINCO QUELADO 30 MG + COBRE QUELADO 1 MG + BIOTINA 5 MG MEDICAMENTO MANIPULADO	CAPS	936
		MANDADO JUDICIAL - CLAUDIA DE SOUZA PROCESSO: 002429-03.2015.8.26.0296		
48	046.026.200	PROLIVE (LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS) PROLIVE (LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS)	CAPS	1.404
		MANDADO JUDICIAL - CLAUDIA DE SOUZA PROCESSO: 002429-03.2015.8.26.0296		
		MANDADO JUDICIAL - CRISTINA DE SOUZA DOS SANTOS PROCESSO: 1002883-29.2016.8.26.0296		
49	046.026.201	QUETIAPINA 200MG QUETIAPINA 200MG	CP	936
		MANDADO JUDICIAL - DORALICE FIORINI PROCESSO: 1003178-61.2019.8.0296		
50	046.026.204	RISPERIDONA 1MG/ML RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30ML	FR	312
		MANDADO JUDICIAL - SAMUEL YURI OLIVOTO PEREIRA PROCESSO: 1001850-04.2016.8.26.0296		

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse - SP

Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351 – Tel. (19) 3896-9021 – Fax (19) 3896-9032 – Cep 13831-024

Santo Antônio de Posse – SP – CNPJ: 45.331.196/0001-35

E-mail: licitacao@pmsaposse.sp.gov.br



51	046.026.132	ROSUVASTATINA 10 MG ROSUVASTATIVA 10MG	COMP	936
		MANDADO JUDICIAL - JOSÉ PEDRO DA SILVA PROCESSO: 1002793-16.2019.8.26.0296		
52	046.026.086	ROSUVASTATINA 20 MG ROSUVASTATIVA 20 MG	COMP	936
		MANDADO JUDICIAL - SANDRA APARECIDA MORENO DO PRADO PROCESSO:3004966-86.2013.8.26.0296		
53	046.027.303	SACUBITRIL/ VALSARTANA 24 MG/26 MG ENTRESTO 24 MG/ 26 MG	CP	468
54	046.026.005	SERETIDE 25/250 MCG XINAFOATO DE SALMETEROL+PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SUS AEROSOL AL X 120 ACIONAMENTOS . AUTORIZADO PELA SECRETARIA PACIENTE KIANNE SOUZA DE OLIVEIRA	FR	16
			FR	INALAÇÃO ORAL
55	046.026.210	SERETIDE 25MCG/125MCG XINAFOATO DE SALMETEROL 25MCG / PROPIONATO DE FLUTICASONA 125MCG FRACO COM 120 DOSES	UN	16
		MANDADO JUDICIAL - DIEGO CASTRO SAVIO PROCESSO: 1004007.13.2017.8.26.0296		
56	082.001.002	SERINGAS BD ULTRA FINE 30 UI SERINGA BD ULTRA FINE 30 UI- C/AGULHA 06 MM-CALIBRE 0,3MM	UN	4.212
		MANDADO JUDICIAL - MARIA APARECIDA JOB PROCESSO: 1000617-98.2018.8.26.0296		
		MANDADO JUDICIAL - MARIA FERNANDA FERREIRA JOB		
		MANDADO JUDICIAL - VANIA T .E. FERREIRA		
57	046.026.203	SEROQUEL XRO 300MG(QUETIAPINA) SEROQUEL XRO 300MG (HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA)	CP	936
		MANDADO JUDICIAL - ANA PAULA OCTAVIO FERREIRA		

58	046.026.214	PROCESSO: 1002491-21.2018.8.26.0296 SIGMATRIOL 0,25MG SIGMATRIOL 0,25MG (CALCITRIOL)	CP	62
59	002.010.043	MANDADO JUDICIAL - DOLORES DIAS DA SILVA NUCCI PROCESSO: 1001869-39.2018.8.26.0296 SOUVENAID FRASCO 125 ML-MANDADO JUDICIAL PARA ATENDER MANDADO JUDICIAL SOUVENAID-FRASCO 125 ML	FR	468
60	002.010.076	SUPLEMENTO HDMAX - PRODIET Embalagem 200ML	FR	468
61	046.026.171	MANDADO JUDICIAL - DOLORES DIAS DA SILVA NUCCI PROCESSO: 1001869-39.2018.8.26.0296 THIOCTACID 600 MG THIOCTACID 600 MG (ACIDO THIOCTICO)	COMP	468
62	046.022.004	MANDADO JUDICIAL - FABIO LUPO PROCESSO: 1001281-27.2021.8.26.0296 VASTAREL MR 35MG	COMP	1.872
63	046.026.170	MANDADO JUDICIAL JOSÉ PEDRO DA SILVA PROCESSO: 1002793-16.2019.8.26.0296 VELIJA 60 MG VELIJA 60 MG (CLORIDRATO DE DULOXETINA)	CAPS	468
64	046.022.005	MANDADO JUDICIAL - FABIO LUPO PROCESSO: 1001281-27.2021.8.26.0296 VENVANSE 30MG (LISDEXANFETAMINA)	COMP	468
65	046.026.193	VIMPAT 100MG (LACOSAMIDA) LACOSAMINA 100MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	936
66	046.026.008	MANDADO JUDICIAL - JOÃO VICTOR ARAUJO LEITE PROCESSO: 0000880-89.2014.8.26.0296 VITERGAN ZINCO VITERGAN ZINCO (POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS)	COMP	936
67	046.026.182	MANDADO JUDICIAL - CLAUDIA DE SOUZA PROCESSO: 002429-03.2015.8.26.0296 WELLBUTRIN 300MG (BUPROPIONA) CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300 MG COM REVESTIMENTO PARA LIBERAÇÃO PROLONGADA, EMBALAGEM COM 30 CP	CP	468
68	046.026.205	MANDADO JUDICIAL - ANA PAULA OCTAVIO FERREIRA PROCESSO: 1002491-21.2018.8.26.0296 XARELTO 20MG (RIVAROXABANA) XARELTO 20MG (RIVAROXABANA)	CP	874
69	046.026.169	MANDADO JUDICIAL - JOSE PEDRO DA SILVA PROCESSO: 1002793.169.2019.8.26.0296 XIGDUO XR 10 MG/1000 MG XIGDUO XR 10MG / 1000MG (DAPAGLIFLOZINA + CLORIDATO DE METFORMINA)	COMP	468
70	046.026.185	MANDADO JUDICIAL - FABIO LUPO PROCESSO: 1001281-27.2021.8.26.0296 ZANIDIP 10MG (LERCANIDIPINO) CLORIDRATO DE LERCANIDIPINO - COMPRIMIDO REVESTIDO	CP	936
71	046.026.148	MANDADO JUDICIAL - DOLORES DIAS DA SILVA NUCCI PROCESSO: 1001869-39.2018.8.26.0296 ZINCO 15 MG + COBRE QUELADO 1 MG CÁPSULAS SEM COLORAÇÃO	CAPS	468
		MANDADO JUDICIAL - CRISTINA DE SOUZA PROCESSO: 1002883-29.2016.8.26.0296		

1. DEFINIÇÃO DO PRODUTO

Aquisição de medicamentos e insumos para atender Demandas Judiciais, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, através de Processo Licitatório, objetivando o registro de preços, de acordo com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

A aquisição dos referidos produtos se trata de uma ESTIMATIVA a essa unidade e por esse motivo justifica-se a Ata de Registro de Preços para 12(doze) meses, pois quando necessário for, irá contribuir para a execução de nossas atividades. Ressaltamos que a não aquisição do material objeto deste Termo de Referência, poderá prejudicar as atividades desenvolvidas nesta Secretaria, causando inclusive

prejuízo como multas especificadas individualmente em cada demanda judicial.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Inicialmente, certifico, para os devidos fins, que os bens aqui solicitados **NÃO** se enquadram como bem de luxo, na forma do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 21 do Decreto n. 3919, de 31 de março de 2023.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O presente processo visa o atendimento de Mandados Judiciais. Isso posto, depreende-se que o não atendimento de referidos mandados judiciais pode caracterizar-se em crime de "desobediência" (CP, art. 330), e por ele responde o impetrado, sendo que seu descumprimento permite a aplicação de diversas sanções ao obrigado renitente. Conforme afirmou o Supremo Tribunal Federal:

“... entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5, caput), ou fazer prevalecer, contra essa expressa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entende-se que razões de ordem ética-jurídica impõe ao julgador uma só possível opção: o respeito indeclinável à vida.” (STF. DJ, Seção 1, 13.02.1997, n. 29, pag. 1830).

Igualmente, conforme o que determina a resolução nº 1.246, de 08 de janeiro de 1988, do Conselho Federal de Medicina: "Art.16 – Nenhuma disposição estatutária ou regimental de hospital ou instituição pública ou privada poderá limitar a escolha, por parte do médico, dos meios a serem postos em prática para estabelecimento do diagnóstico e para execução do tratamento salvo quando em benefício do paciente”.

O Estado tem o dever de assegurar a todos os cidadãos o direito fundamental à saúde constitucionalmente previsto, sendo que:

“Eventual ausência do cumprimento de formalidade burocrática não pode obstaculizar o fornecimento de medicação indispensável à cura e/ou minorar o sofrimento de portadores de moléstia grave que, além disso, não dispõem dos meios necessários ao custeio do tratamento.” (RMS nº11.129-0-PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, 2º T., v.u., j. 02.10.2001).

Desta forma, a interrupção do fornecimento do item aos impetrantes, descumprindo as decisões judiciais, pode acarretar não só penalizações à Prefeitura, mas, principalmente, prejuízos a saúde dos pacientes e em muitos casos, inclusive, risco de morte.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição dos itens aqui pleiteados é necessária para continuidade na prestação dos serviços públicos, visando o cumprimento de Mandados Judiciais.

5. LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após envio de solicitação de fornecimento, entrega deverá ser realizada no Almoxerifado Central (Farmacia Municipal), sito a Rua Dr Jorge Tibiriça, nº 1263- Centro – Santo Antonio de Posse.

5.2. Forma e Prazo de Entrega: entrega integral no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.3. A marca/fabricante dos medicamentos entregues deverá ser o mesmo daqueles ofertados na proposta comercial.

5.4. A quantidade de lotes de fabricação deverá estar restrita a, no máximo, 03 (três) lotes.

5.5. Os medicamentos que tenham prazo de validade deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação.

5.5.1. Os medicamentos importados poderão ser entregues com no mínimo 01 (um) ano de validade e com a respectiva carta de troca, isto é, o fornecedor deverá comprometer-se a efetuar a troca dos itens que não forem utilizados durante este prazo, sem ônus para o Município. A troca deverá ocorrer impreterivelmente no período máximo de 10 (dez) dias corridos após a solicitação.

5.6. Os medicamentos deverão ser embalados de forma a não causar qualquer tipo de dano durante as etapas em que estiverem sob a responsabilidade da fornecedora, visando a melhor adequação para armazenamento.

6. SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

Os materiais serão devolvidos na hipótese de não corresponderem às especificações deste Termo de Referência ou no caso de vícios, devendo ser substituídos pela empresa fornecedora no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, sem custos adicionais ao Município de Santo Antônio de Posse.

7. LEGISLAÇÃO

Aplicam-se ao presente caso as regras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto n. 3919, de 31 de março de 2023.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado para a presente aquisição será decorrente de pesquisa de preços a ser

providenciada pelo Departamento de Suprimentos da Secretaria da Fazenda, nos moldes do art. 8º do Decreto n. 3919, de 31 de março de 2023.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme §1º do art. 8º do Decreto n. 3919, de 31 de março de 2023, compete ao Departamento Financeiro à reserva de recursos ou à indicação da dotação orçamentária para a respectiva contratação.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

As responsabilidades da contratada deverão estar de acordo com o disposto em edital ou documento equivalente que ensejou a referida contratação, sem prejuízo do art. 113 do Decreto n. 3919, de 31 de março de 2023, a saber:

- Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas relacionadas aos empregados que participem da execução do objeto contratual, na hipótese de contrato de prestação de serviços;
- Apresentar cláusula anticorrupção, com a seguinte redação: “Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”; e
- Apresentar disposições relacionadas à disciplina de proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando for o caso.

10.2. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Sem prejuízo do estabelecido em Edital ou equivalente, incumbirá ao Contratante:

Dar recebimento do objeto requisitado dentro do prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente neste Termo e legislação aplicável ao tema; e

Aplicar à contratada sanções motivadas pelo descumprimento de suas obrigações.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Modelo definido de acordo com os demais itens deste Termo de Referência.

12. DA GESTÃO DO CONTRATO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O Contratante, por meio da Secretaria de Saúde, efetuará a fiscalização e a gestão ficando designado para tanto:

Fiscal Contratual: Sr. Valmir Aparecido Rodrigues, Matrícula nº 5051
Sr. (a) Mariana Nizoli de Campos, Matrícula nº 5285

Gestor Contratual: Sr.(a) Elaine Aparecida Gandolpho de Toledo Diogo, RG nº 40.508.830-9

No desempenho de suas atividades, declaramos desde já, ciência quanto à competência e atribuições a serem exercidas pelo Fiscal e Unidade Gestora, na forma do art. 116 a 121 do Decreto n. 3919, de 31 de março de 2023.

Ressalta-se que:

- é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições; e

- a Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Prazo de pagamento será de até 28 (vinte e oito) dias fora, contados da data do aceite da Nota Fiscal após o recebimento definitivo, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O critério de julgamento o menor preço por item.

15. RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Os recebimentos provisório e definitivo obedecerão ao disposto em edital, especialmente art. 140 do Decreto n. 3919, de 31 de março de 2023.

16. MONTAGEM E TREINAMENTO

Não exigíveis.

**ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024
(A SER ENCAMINHADO SOMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA
/MELHOR CLASSIFICADA DOS LANCES)**

DADOS DO LICITANTE
Denominação:
Endereço:
CNPJ:
CEP:
Cidade:
Telefone:
E-mail:

Objeto: Registro de Preços de visando a aquisição de medicamentos e insumos para atender Demandas Judiciais, com o intuito de suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Santo Antônio de Posse/SP.

*Estimativa de consumo em 12 meses

COTA PRINCIPAL PARA TODAS AS EMPRESA – 75%

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	APIXABANA 5 MG	702	CP		R\$	R\$
02	ARIPRIPIAZOL 30 MG	351	CP		R\$	R\$
03	CALDE MAG	1.407	CP		R\$	R\$
04	CARBONATO DE CALCIO – 1200 MG CPS	702	CAPS		R\$	R\$
05	CATETER FEMINIMO GENTLECATH GLIDE CONVATEC – Nº 12	2.106	UN		R\$	R\$
06	CENTRUM – POLIVITAMINICOS COM MINEIRAS, EMBALAGEM COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	351	CP		R\$	R\$
07	CITONEURIM 5.000 UI - AMPOLA	38	AP		R\$	R\$
08	CLOBAZAM 20MG	2.106	COMP		R\$	R\$
09	CLORIDRATO DE SOTALOL 160 MG	702	COMP		R\$	R\$
10	CLORTALIDONA 50 MG	351	COMP		R\$	R\$
11	CLOZAPINA 100MG	3.861	CP		R\$	R\$
12	COLECALCIFEROL 50.000 UI	48	COMP		R\$	R\$
13	COLIRIO DE ATROPINA 0,5%	9	F-A		R\$	R\$
14	COMBODART(DULASTERIDA 0,5MG +	351	CA		R\$	R\$

	TANSULOSINA 0,4MG)					
15	CREON 25.000(PANCREATINA)- CONSIDERAR CAPSULA	1.053	COMP		R\$	R\$
16	DAMATER – POLIVITAMINICOS COM MINEIRAS, EMBALAGEM COM 30 CAPSULA MOLE	351	CA		R\$	R\$
17	DEPAKENE 50MG/ML – FRASCO 100ML	38	FR		R\$	R\$
18	DEPURA 5000UI - VITAMINA D3	702	CP		R\$	R\$
19	DIOVAN 320 MG(VALSARTANA)- COMPROMETIDO REVESTIDO	702	COMP		R\$	R\$
20	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG(DEPAKOTER ER)	1.053	COMP		R\$	R\$
21	ENTRESTO 49MG/51MG(SACUBITRIL/VALSARTANA) – EMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	3.510	COMP		R\$	R\$
22	ESCITALOPRAM 10 MG – OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	702	CP		R\$	R\$
23	FORTINI – LATA 400 GR	278	LATA		R\$	R\$
24	FORXIGA 10MG (DAFAGLIFLOZINA)	3.510	CP		R\$	R\$
25	GALVUS 50 MG(VILDAGLIPTINA)	351	COMP		R\$	R\$
26	GLIFAGE 500 MG XR	1.755	COMP		R\$	R\$
27	IMUNOGLOBULINA HUMANA 5G/100ML, SOLUÇÃO INJETAVEL INTRAVENOSA	315	FR		R\$	R\$
28	INFATRINI PÓ- SUPLEMENTO INFANTIL – LATA 400 GRAMAS	83	LATA		R\$	R\$
29	INFLIXIMABE – 100MG – CADA FRASCO AMPOLA CONTÉM 100MG DE INFLIXIMABE PÓ LIOFILIZADO	24	F-A		R\$	R\$
30	INSULINA DEGLUDECA 100U/ML – CANETA DESCARTAVEL 3 ML(TRESIBA)	75	UN		R\$	R\$
31	INSULINA GLARGINA 100UI/ML – FRASCO 10ML	12	FR		R\$	R\$
32	INSULINA HUMALOG(LISPRO) REFIL 3ML PARA CANETA PERMANENTE	176	UN		R\$	R\$
33	INSULINA LANTUS CANETA(GLARGINA – CANETA PREENCHIDA 3 ML DESCARTAVEL	234	UN		R\$	R\$
34	INSULINA LANTUS REFIL 3ML PARA CANETA PERMANENTE – INSULINA LANTUS(GLARGINA) REFIL 3 ML PARA CANETA PERMANENTE	117	F-A		R\$	R\$
35	INSULINA NOVORAPID 100UI/ML –	351	UN		R\$	R\$

	CANETA(ASPARTE) – CANETA PREENCHIDA DE 3 ML					
36	JARDIANCE 25MG(EMPAGLIFLOZINA)	351	CP		R\$	R\$
37	LAMOTRIGINA 100 MG	1.053	COMP		R\$	R\$
38	LEVETIRACETAM 250 MG	1.404	CP		R\$	R\$
39	LEVETIRACETAM 750 MG	702	CP		R\$	R\$
40	LEVOTIROXINA 75MCG	351	CP		R\$	R\$
41	MAGNALIV – SUPLEMENTO VITAMINICO – COMPRIMIDO REVESTIDO	702	CP		R\$	R\$
42	NASONEX 50 MCG – ATOMIZAÇÃO - SUSPENSAO NASAL – FRASCO CONTENDO 120 ATOMIZAÇÃO	24	FR		R\$	R\$
43	NUTRINI MULTI FIBER 1.0 KCAL – FRASCO 200 ML	2.175	FR		R\$	R\$
44	OLMESARTANA 40MG	1.350	COMP		R\$	R\$
45	OMALIZUMABE 150 MG – FRASCO – AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO DE USO SUBCUTANEO + 01 AMPOLA COM 02 ML DE DILUENTE	71	F-A		R\$	R\$
46	ONGLYZA 5MG(SAXAGLIPTINA)	351	CP		R\$	R\$
47	PANTOGAR + ZINCO QUELADO 30MG . COBRE QUELADO 1 MG . BIOTINA 5MG – MEDICAMENTO MANIPULADO	702	CAPS		R\$	R\$
48	PROLIVE(LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS)	1.053	CAPS		R\$	R\$
49	QUETIAPINA 200MG	702	CP		R\$	R\$
50	RISPERIDONA 1ML/ML- SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	234	FR		R\$	R\$
51	ROSUVASTATINA 10MG	702	COMP		R\$	R\$
52	ROSUVASTATINA 20 MG	702	COMP		R\$	R\$
53	SACUBITRIL/VALSARTANA 24MG/26MG - ENTRESTO 24MG/26MG	351	CP		R\$	R\$
54	SERETIDE 25/250 MCG – XINAFOATO DE SALMETEROL + PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG + 250 MCG SUS AEROSOL INALAÇÃO ORAL FR AL X 120 ACIONAMENTOS	12	FR		R\$	R\$
55	SERETIDE 25MCG/125MCG – XINAFOATO DE SALMETEROL 25MCG/PROPIANATO DE FLUTICASONA 125MCG FRACO COM 120 DOSES	12	UN		R\$	R\$
56	SERINGAS BD ULTRA FINE 30 UI – C/AGULHA 06MM-CALIBRE 0,3MM	3.159	UN		R\$	R\$

57	SEROQUEL XRO 300MG(HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA)	702	CP		R\$	R\$
58	SIGMATRIOL 0,25 MG(CALCITROL)	47	CP		R\$	R\$
59	SOUVENAID FRASCO 125 ML – MANDADO JUDICIAL	351	FR		R\$	R\$
60	SUPLEMENTO HDMAX – PRODIET – EMBALAGEM 200 ML	351	FR		R\$	R\$
61	THIOCTACID 600 MG(ÁCIDO TIOCTICO)	351	COMP		R\$	R\$
62	VASTAREL MR 35MG	1.404	COMP		R\$	R\$
63	VELIJA 60 MG(CLORIDRATO DE DULOXETINA)	351	CAPS		R\$	R\$
64	VENVANSE 30MG(LISDEXANFETAMINA)	351	COMP		R\$	R\$
65	VIMPAT 100MG(LACOSAMIDA), COMPRIMIDO REVESTIDO	702	CP		R\$	R\$
66	VITERGAN ZINCO(POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS)	702	COMP		R\$	R\$
67	WELLBUTRIN 300MG(BUPROPIONA) – CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300MG COM REVESTIMENTO PARA LIBERAÇÃO PROLONGADA, EMBALAGEM COM 30 CP	351	CP		R\$	R\$
68	XARELTO 20MG(RIVAROXABANA)	656	CP		R\$	R\$
69	XIGDUO XR 10MG/100MG – (DAPAGLIFLOZINA +CLORIDATO DE METFORMINA)	351	COMP		R\$	R\$
70	ZANIDIP 10 MG – CLORIDRATO DE LERCANIDIPINO – COMPRIDO REVESTIDO	702	CP		R\$	R\$
71	ZINCO 15 MG + COBRE QUELADO 1MG – CAPSULA SEM COLORAÇÃO	351	CAPS		R\$	R\$

Concreto usinado betuminoso usinado a quente, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Anexo I – Termo de Referência.

COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 25%

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
72	APIXABANA 5 MG	234	CP		R\$	R\$
73	ARIPRIPIAZOL 30 MG	117	CP		R\$	R\$
74	CALDE MAG	469	CP		R\$	R\$
75	CARBONATO DE CALCIO – 1200 MG CPS	234	CAPS		R\$	R\$

76	CATETER FEMININO GENTLECATH GLIDE CONVATEC – Nº 12	702	UN		R\$	R\$
77	CENTRUM – POLIVITAMINICOS COM MINEIRAS, EMBALAGEM COM 30 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	117	CP		R\$	R\$
78	CITONEURIM 5.000 UI - AMPOLA	12	AP		R\$	R\$
79	CLOBAZAM 20MG	702	COMP		R\$	R\$
80	CLORIDRATO DE SOTALOL 160 MG	234	COMP		R\$	R\$
81	CLORTALIDONA 50 MG	117	COMP		R\$	R\$
82	CLOZAPINA 100MG	1.287	CP		R\$	R\$
83	COLECALCIFEROL 50.000 UI	16	COMP		R\$	R\$
84	COLIRIO DE ATROPINA 0,5%	3	F-A		R\$	R\$
85	COMBODART(DULASTERIDA 0,5MG + TANSULOSINA 0,4MG)	117	CA		R\$	R\$
86	CREON 25.000(PANCREATINA)-CONSIDERAR CAPSULA	351	COMP		R\$	R\$
87	DAMATER – POLIVITAMINICOS COM MINEIRAS, EMBALAGEM COM 30 CAPSULA MOLE	117	CA		R\$	R\$
88	DEPAKENE 50MG/ML – FRASCO 100ML	12	FR		R\$	R\$
89	DEPURA 5000UI – VITAMINA D3	234	CP		R\$	R\$
90	DIOVAN 320 MG(VALSARTANA)-COMPROMETIDO REVESTIDO	234	COMP		R\$	R\$
91	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG(DEPAKOTER ER)	351	COMP		R\$	R\$
92	ENTRESTO 49MG/51MG(SACUBITRIL/VALSARTANA) – EMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	1.170	COMP		R\$	R\$
93	ESCITALOPRAM 10 MG – OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	234	CP		R\$	R\$
94	FORTINI – LATA 400 GR	92	LATA		R\$	R\$
95	FORXIGA 10MG (DAFAGLIFLOZINA)	1.170	CP		R\$	R\$
96	GALVUS 50 MG(VILDAGLIPTINA)	117	COMP		R\$	R\$
97	GLIFAGE 500 MG XR	585	COMP		R\$	R\$
98	IMUNOGLOBULINA HUMANA 5G/100ML, SOLUÇÃO INJETAVEL INTRAVENOSA	105	FR		R\$	R\$
99	INFATRINI PÓ- SUPLEMENTO INFANTIL – LATA 400 GRAMAS	27	LATA		R\$	R\$
100	INFLIXIMABE – 100MG – CADA FRASCO AMPOLA CONTÉM 100MG DE INFLIXIMABE PÓ LIOFILIZADO	08	F-A		R\$	R\$

101	INSULINA DEGLUDECA 100U/ML – CANETA DESCARTAVEL 3 ML(TRESIBA)	25	UN		R\$	R\$
102	INSULINA GLARGINA 100UI/ML – FRASCO 10ML	04	FR		R\$	R\$
103	INSULINA HUMALOG(LISPRO) REFIL 3ML PARA CANETA PERMANENTE	58	UN		R\$	R\$
104	INSULINA LANTUS CANETA(GLARGINA – CANETA PREENCHIDA 3 ML DESCARTAVEL	78	UN		R\$	R\$
105	INSULINA LANTUS REFIL 3ML PARA CANETA PERMANENTE – INSULINA LANTUS(GLARGINA) REFIL 3 ML PARA CANETA PERMANENTE	39	F-A		R\$	R\$
106	INSULINA NOVORAPID 100UI/ML – CANETA(ASPARTE) – CANETA PREENCHIDA DE 3 ML	117	UN		R\$	R\$
107	JARDIANCE 25MG(EMPAGLIFLOZINA)	117	CP		R\$	R\$
108	LAMOTRIGINA 100 MG	351	COMP		R\$	R\$
109	LEVETIRACETAM 250 MG	468	CP		R\$	R\$
110	LEVETIRACETAM 750 MG	234	CP		R\$	R\$
111	LEVOTIROXINA 75MCG	117	CP		R\$	R\$
112	MAGNALIV – SUPLEMENTO VITAMINICO – COMPRIMIDO REVESTIDO	234	CP		R\$	R\$
113	NASONEX 50 MCG – ATOMIZAÇÃO - SUSPENSAO NASAL – FRASCO CONTENDO 120 ATOMIZAÇÃO	07	FR		R\$	R\$
114	NUTRINI MULTI FIBER 1.0 KCAL – FRASCO 200 ML	725	FR		R\$	R\$
115	OLMESARTANA 40MG	450	COMP		R\$	R\$
116	OMALIZUMABE 150 MG – FRASCO – AMPOLA COM PÓ LIOFILIZADO DE USO SUBCUTANEO + 01 AMPOLA COM 02 ML DE DILUENTE	23	F-A		R\$	R\$
117	ONGLYZA 5MG(SAXAGLIPTINA)	117	CP		R\$	R\$
118	PANTOGAR + ZINCO QUELADO 30MG . COBRE QUELADO 1 MG . BIOTINA 5MG – MEDICAMENTO MANIPULADO	234	CAPS		R\$	R\$
119	PROLIVE(LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS)	351	CAPS		R\$	R\$
120	QUETIAPINA 200MG	234	CP		R\$	R\$
121	RISPERIDONA 1ML/ML- SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	78	FR		R\$	R\$
122	ROSUVASTATINA 10MG	234	COMP		R\$	R\$

123	ROSUVASTATINA 20 MG	234	COMP		R\$	R\$
124	SACUBITRIL/VALSARTANA 24MG/26MG - ENTRESTO 24MG/26MG	117	CP		R\$	R\$
125	SERETIDE 25/250 MCG – XINAFOATO DE SALMETEROL + PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG + 250 MCG SUS AEROSOL INALAÇÃO ORAL FR AL X 120 ACIONAMENTOS	04	FR		R\$	R\$
126	SERETIDE 25MCG/125MCG – XINAFOATO DE SALMETEROL 25MCG/PROPIANATO DE FLUTICASONA 125MCG FRACO COM 120 DOSES	04	UN		R\$	R\$
127	SERINGAS BD ULTRA FINE 30 UI – C/AGULHA 06MM-CALIBRE 0,3MM	1.053	UN		R\$	R\$
128	SEROQUEL XRO 300MG(HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA)	234	CP		R\$	R\$
129	SIGMATRIOL 0,25 MG(CALCITROL)	15	CP		R\$	R\$
130	SOUVENAID FRASCO 125 ML – MANDADO JUDICIAL	117	FR		R\$	R\$
131	SUPLEMENTO HDMAX – PRODIET – EMBALAGEM 200 ML	117	FR		R\$	R\$
132	THIOCTACID 600 MG(ÁCIDO TIOCTICO)	117	COMP		R\$	R\$
133	VASTAREL MR 35MG	468	COMP		R\$	R\$
134	VELIJA 60 MG(CLORIDRATO DE DULOXETINA)	117	CAPS		R\$	R\$
135	VENVANSE 30MG(LISDEXANFETAMINA)	117	COMP		R\$	R\$
136	VIMPAT 100MG(LACOSAMIDA), COMPRIMIDO REVESTIDO	234	CP		R\$	R\$
137	VITERGAN ZINCO(POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS)	234	COMP		R\$	R\$
138	WELLBUTRIN 300MG(BUPROPIONA) – CLORIDRATO DE BUPROPIONA 300MG COM REVESTIMENTO PARA LIBERAÇÃO PROLONGADA, EMBALAGEM COM 30 CP	117	CP		R\$	R\$
139	XARELTO 20MG(RIVAROXABANA)	218	CP		R\$	R\$
140	XIGDUO XR 10MG/100MG – (DAPAGLIFLOZINA +CLORIDATO DE METFORMINA)	117	COMP		R\$	R\$
141	ZANIDIP 10 MG – CLORIDRATO DE LERCANIDIPINO – COMPRIDO REVESTIDO	234	CP		R\$	R\$

142	ZINCO 15 MG + COBRE QUELADO 1MG – CAPSULA SEM COLORAÇÃO	117	CAPS		R\$	R\$
-----	--	-----	------	--	-----	-----

VALOR TOTAL, POR EXTENSO para Cota 75% (participação ampla): R\$ 00,00 (____).

VALOR TOTAL, POR EXTENSO para Cota 25% (participação exclusiva ME/EPP/SIMPLES): R\$ 00,00 (____).

VALOR TOTAL POR EXTENSO: R\$ 00,00 (____).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias

DECLARAMOS QUE ACEITAMOS TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E NOS ANEXOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024.

Observações:

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Santo Antônio de Posse/SP, em ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal

ANEXO III DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais;
- c) Documentos de Eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato Constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova que demonstre a regularidade da diretoria em exercício;
- e) Decreto de Autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

1.1. Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 8.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) a prova de Regularidade para com a Fazenda **Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) a prova de Regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser atendida pela apresentação do seguinte documento: Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais e quanto à Dívida Ativa da União, administrados pela Secretaria da Receita Federal, inclusive contribuições sociais;
- d) a prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser atendida mediante Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado ou Positiva com efeitos de negativa;
- e) a prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser atendida pela apresentação da Certidão Negativa de Tributos Mobiliários, ou positiva com efeitos de Negativa.
- e.1) No caso de sociedade com estabelecimento prestador de serviços ou com sede ou domicílio **fora** do Município de Santo Antônio de Posse, que não possuam inscrição no cadastro de contribuintes do Município de Santo Antônio de Posse, apresentar declaração em papel timbrado pela empresa, firmada pelo responsável legal/procurador, com indicação do nome, cargo e RG atestando, sob as penalidades cabíveis, que não está inscrita e não possui débitos perante a Fazenda do Município de Santo Antônio de Posse, sem prejuízo da apresentação da certidão referente a sua sede ou domicílio, de acordo com o modelo constante dentro do **ANEXO III-E** deste Edital.
- f) certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de Negativa expedida eletronicamente, para comprovar a inexistência de Débitos Inadimplidos perante a

Justiça do Trabalho;

2.1. Fica expressamente ressalvado que a regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas deverá ser comprovada com os documentos exigidos no presente edital até a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do certame.

2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis de acordo com o Art. 43 §1º da Lei compl. 147 de 07 de agosto de 2014 que alterou a Lei Compl. 123/06, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, em caso de empresa ME ou EPP;

2.3. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

2.4. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 3.919, de 31 de março de 2023.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1. Certidão Negativa de Falência Concordata e recuperação judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de no máximo, 60 (sessenta) dias, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento; será admitida a participação de empresas que se encontram em regime de recuperação judicial, desde que apresente o respectivo plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital.

3.1.1. Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, assinado e datado por pessoa jurídica de direito público ou privado em papel timbrado da entidade expedidora, com identificação do nome e endereço da entidade, estando as informações sujeitas à conferência pela Comissão de Licitação.

5. OUTROS DOCUMENTOS / DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

5.1. Apresentar as declarações estabelecidas nos Anexos III - A a III - E, conforme enquadramento da empresa. Para que não haja dúvidas e exemplificativamente: se a empresa não for ME/EPP, está dispensado de apresentar o ANEXO “III-C”. Igualmente,

se o licitante estiver sediado em Santo Antônio de Posse, não há necessidade de entregar o Anexo “III-E”.

5.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa dias) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**ANEXO III - A
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL**

Eu _____(nome completo), RG nº _____, representante credenciado da _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, **DECLARO**, sob as penas da lei, que conheço as especificações do objeto do **Pregão Eletrônico nº 008/2024** e os termos constantes no edital e seus anexos, e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências para realização das entregas ali contidas. **DECLARO**, ainda, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do supracitado, realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE**, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Em complemento, visando o atendimento integral do presente objeto, foi(ram) ofertado(s) o(s) produto(s)/marca(s) _____ para os valores lançados em sistema.

(data)

(assinatura do credenciado)

**ANEXO III - B
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO
REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

DECLARAÇÃO

REF.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024**

(nome da empresa) _____, inscrito no CNPJ nº 00.000.000/0000-00, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei:

1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz

2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO III - C
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº ____-____/____-____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaram conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de obter prazo para regularização dos documentos de habilitação fiscal e o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024**, realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE/SP**.

(data)

(assinatura do representante legal)

ANEXO III - D
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA
DE FATO IMPEDITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2024

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela PMSAPOSSE/SP e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2024, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

(data)

(assinatura do representante legal)

ANEXO III - E
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE NÃO INSCRIÇÃO E NADA DEVE A FAZENDA MUNICIPAL
(entrega obrigatória na HABILITAÇÃO para empresas não
sediadas em Santo Antônio de Posse)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024
PROCESSO Nº 405/2024
MENOR VALOR POR ITEM

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (nome da pessoa jurídica), interessada em participar da Licitação em referência, declaro sob as penas da lei, que a empresa **não é cadastrada como contribuinte no Município de Santo Antônio de Posse e nada deve à Fazenda do Município de Santo Antônio de Posse.**

Local, e data _____

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa

(Nº do CNPJ da Empresa)

Telefone:

ANEXO IV

“MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024”

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE E _____.

Pelo presente instrumento, fica firmado o **TERMO DE ATA DE REGISTRO Nº ____/2024**, que entre si celebram, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 45.331.196/0001-35, neste ato, representada pelo Secretário Municipal abaixo assinado, conforme Decreto Municipal nº 3.828/2022, o qual dispõe sobre a delegação de competência nos processos licitatórios, com endereço profissional na Praça Chafia Chaib Baracat, nº. 351, cidade de Santo Antônio de Posse/SP, Estado de São Paulo, CEP: 13.831-024, e de outro lado a pessoa jurídica de direito privado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____._____/_____-____ com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada por seu _____, Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, doravante denominada(s) **DENTETORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preço, nos termos das Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 3.919, de 31 de março de 2023, bem como do edital de **Pregão Eletrônico nº 008/2024**, nos autos do **Processo Administrativo nº 405/2024**, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços, Registro de Preços de visando a aquisição de medicamentos e insumos para atender Demandas Judiciais, com o intuito de suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Santo Antônio de Posse/SP.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, **a iniciar-se em _____, encerrando-se em _____, podendo ser prorrogado por idêntico período**, desde que comprovado o preço vantajoso e até o limite de 2 (dois) anos, na forma do art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Contratar com a Administração desta **PREFEITURA**, nas condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2024 e o preço registrado nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

3.2. Manter-se durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA - DA OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- 4.1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações desta Ata e das disposições legais que a regem;
- 4.2. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à DETENTORA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- 4.3. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços/fornecimento do objeto contratado, inclusive comunicando à DETENTORA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- 4.4. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, nos termos do Decreto Municipal nº 3.919/2023, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;
- 4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DETENTORA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- 4.6. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- 4.7. Aplicar as penalidades previstas nesta Ata, em caso de descumprimento pela DETENTORA, de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- 4.8. Exigir da Detentora, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- 4.9. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Detentora, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES

- 5.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços e aos contratos decorrentes as sanções estipuladas na lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 3.919, de 31 de março de 2023, e as previstas na Cláusula 23 do edital de Pregão Eletrônico nº 008/2024, que a **DETENTORA** declara conhecer integralmente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO PARA DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

- 6.1. A **DETENTORA** deverá(ão) efetuar a entrega do objeto no prazo máximo de **15(Quinze) dias corridos, após a expedição da Autorização de Fornecimento, contando-se o prazo** a partir da comunicação formal ao licitante vencedor que será efetuada via e-mail e/ou outro meio hábil, na forma, quantidades e prazos, definidos na mesma, respeitando o Termo de Referência - ANEXO I deste Edital.
- 6.2. O Departamento Financeiro da **PREFEITURA** efetuará o pagamento a licitante vencedora no prazo de até 28 (vinte e oito) dias, contados da data do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica/DANFE.
- 6.3. Correrão por conta da **DETENTORA** todas as despesas pertinentes, tais como embalagens, seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

6.4. Ocorrendo qualquer problema, a **DETENTORA** deverá comunicar imediatamente por escrito a Secretaria solicitante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR TOTAL REGISTRADO

7.1. O valor total registrado desta Ata de Registro de Preços é de R\$ 00,00 (escrever valor, por extenso).

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2024 com seus Anexos e a (s) proposta(s) da(s) **DETENTORA(S)**;

8.2. A existência de preços registrados não obriga a Secretaria solicitante a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jaguariúna/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preço.

E, por estarem assim, certas e ajustadas, lido e achado conforme, assinam as partes já qualificadas no preâmbulo, a presente Ata de Registro de Preços, na presença das testemunhas que conjuntamente este subscreve, digitado e firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Santo Antônio de Posse/SP, em ____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE

DETENTORA DA ATA

FISCAL DO CONTRATO

GESTOR(A) DO CONTRATO

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 405/2024

CONTRATANTE: _____

DETENTORA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela contratada:

Empresa: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

E-mail Institucional: _____

E-mail Pessoal: _____

Assinatura: _____

ANEXO VI
FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO/ ATA DE REGISTRO

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP:

FONE:

CNPJ:

BAIRRO:

ESTADO:

EMAIL:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE DA EMPRESA QUE ASSINARA O CONTRATO

NOME:

CARGO QUE A PESSOA OCUPA NA EMPRESA:

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

RG. Nº.:

EMAIL.:

NACIONALIDADE:

CPF. Nº.:

(Local, Data, Nome, RG e Assinatura da Pessoa Responsável pelas Informações Acima)

Assinatura

Nome

RG

Observações.:

Em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do(a) contrato/ata de registro.

Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.